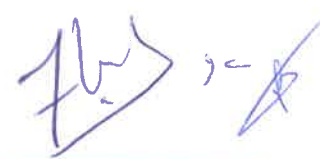


PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021







MUNICÍPIO DA
ChamuSca

O Coração do Ribatejo

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2021
ÍNDICE**RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. ENQUADRAMENTO.....	R 2
2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	R 3
3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	R 7
4. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	R 19
5. FUNDOS DISPONÍVEIS	R 24
6. PAGAMENTOS EM ATRASO.....	R 25
7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	R 25
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	R 27
9 CONCLUSÃO	R 28

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO.....	DF 2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	DF 5
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	DF 7
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	DF 9
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	DF 12
RESPONSÁVEIS PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	DF 46

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	DO 2
DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	DO 5
DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	DO 12
DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PPI	DO 20
EXECUÇÃO ANUAL DAS GOP's	DO 33
EXECUÇÃO ANUAL DO PPI	DO 48
EXECUÇÃO ANUAL DAS AMR's	DO 58
RESPONSÁVEIS PELAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	DO 68
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	DO 69
DIV DÍVIDA A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE DÍVIDA.....	DP 70
ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA.....	DO 72
ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA.....	DO 81

ALTERAÇÕES ÀS GOP's	DO 91
ALTERAÇÕES AO PPI	DO 97
ALTERAÇÕES ÀS AMR's.....	DO 101
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	DO 105
TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS – RECEITA	DO 107
TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS – DESPESA	DO 109
CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS	DO 116
CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – ADJ. POR TIPO DE PROCEDIMENTO ...	DO 126
ENCARGOS CONTRATUAIS.....	OD 128

OUTROS DOCUMENTOS

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS	OD 2
RELAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES	OD 4
INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	OD 6
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	OD 8
DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO	OD 10
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO	OD 12
DIVIDAS A TERCEIROS	OD 16
DESCONTOS E RETENÇÕES.....	OD 19
RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA	OD 24
SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS	OD 27
MAPA DOS EMPRÉSTIMOS	OD 29
ENTIDADES RELEVANTES PARA EFEITO DA DÍVIDA TOTAL	OD 31
LÍMITE E DÍVIDA TOTAL.....	OD 33
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL.....	OD 35
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	OD 37
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS	OD 39
ANEXOS ÀS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS	OD 41

BALANÇO SOCIAL..... BS 1

RELATÓRIO DA CONTABILIDADE DE GESTÃO RCG 1

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including the number 92.

RELATÓRIO DE GESTÃO

2021

1. ENQUADRAMENTO

O relatório de gestão é um documento integrante da prestação de contas que visa retratar o desempenho orçamental contabilístico relativamente ao ano de 2021. É um documento que, à semelhança das demonstrações financeiras, tem por objetivo disponibilizar informação de carácter económico e financeiro da entidade.

Este relatório de gestão inclui o enquadramento legal e económico, de forma a possibilitar a perceção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do executivo municipal, em que é dada a conhecer a atividade desenvolvida, a situação económica do Município, a execução orçamental e as atividades desenvolvidas no ano de 2021.

1.1. Enquadramento legal

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e a nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro surgiram da necessidade e revisão do modelo das finanças públicas.

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2021, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central. As contas foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município da Chamusca é suportada pela existência de 2 estruturas fundamentais - estrutura política e estrutura administrativa.

2.1. ESTRUTURA POLÍTICA

A Gestão Municipal de 2021 correspondeu ao mandato autárquico resultante das eleições de 01 de outubro de 2017 e das eleições de 26 de setembro de 2021.

A Assembleia Municipal é constituída por 20 membros – 1 presidente, 1 primeiro-secretário, 1 segundo-secretário e 17 Deputados. A sua composição é a seguinte:

MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MANDATO 2017-2021

Eleitos

Joaquim José Duarte Garrido - *Presidente da Assembleia Municipal*

Maria Inês Fernandes Ribeiro - *1º Secretário da Assembleia Municipal de Chamusca*

Pedro Miguel Martins Braz - *2º Secretário da Assembleia Municipal de Chamusca*

Pedro Alexandre Carvalho Oliveira Pinhal

Maria Manuela Luz Marques

Celina Raquel Bacalhau de Moura

Rui Miguel Oliveira da Cruz

Manuel Tiago Neto P. Prestes

Carla Virgínia Cipriano dos Santos

Ana Cristina Frazão da Costa

Tiago Miguel de Vasconcelos Fontes Barbosa

Carla Cristina Martins Magalhães Marques

Ana Filipa Neves Mendes

Nuno Miguel Fernandes de Jesus

Silvina Maria Frias Fernandes

Por inerência – Presidentes de Junta de Freguesia

Rui Jorge Martins Gonçalves *Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira*

Rui Miguel Azevedo Martinho *Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande*

Bruno Miguel Marques de Oliveira *Presidente da União de Freguesias de Parreira e Chouto*

Mário João Amaro Ferreira *Presidente da Junta de Freguesia de Ulme*

José Lourenço Vieira Trindade *Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos*

MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MANDATO 2021-2025

Eleitos

Joaquim José Duarte Garrido - *Presidente da Assembleia Municipal*

Maria Inês Fernandes Ribeiro - *1º Secretário da Assembleia Municipal de Chamusca*

Pedro Miguel Martins Braz - *2º Secretário da Assembleia Municipal de Chamusca*

Maria da Conceição dos Santos Freire Gaudêncio

Paulo Jorge Batista da Silva Leitão

Miguel Gil da Silva

João Nuno da Costa e Santos

Anabela Rosário Possidónio Clara Protásio

Eduardo de Magalhães do Amaral Neto

Rui Miguel Oliveira da Cruz

Miguel Ângelo Morgado Ferreira Garriapa da Silva

Ana Margarida dos Anjos Sanches

Rui Manuel Tanoeiro Soares

Andreia Lurdes Casimiro Fernandes Martins

Carla Cristina Martins de Magalhães Marques

Por inerência – Presidentes de Junta de Freguesia

Rui Jorge Martins Gonçalves *Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira*

Rui Miguel Azevedo Martinho *Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande*

Bruno Miguel Marques de Oliveira *Presidente da União de Freguesias de Parreira e Chouto*

Mário João Amaro Ferreira *Presidente da Junta de Freguesia de Ulme*

José Lourenço Vieira Trindade *Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos*

CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros – 1 presidente, 1 vice-presidente e 3 vereadores. A sua composição é a seguinte:

Mandato 2017-2021

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado – *Presidente*

Cláudia Patrícia Alves Moreira, *Vice-presidente*

Rui Filipe Rodrigues Ferreira, *Vereador com regime de permanência a tempo inteiro*

Gisela Maria Azevedo Trincão Matias, *Vereadora sem regime de permanência*

Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, *Vereador sem regime de permanência*

Mandato 2021-2025

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado – *Presidente*

Cláudia Patrícia Alves Moreira, *Vice-presidente*

Rui Filipe Rodrigues Ferreira, *Vereador com regime de permanência a tempo inteiro*

Gisela Maria Azevedo Trincão Matias, *Vereadora sem regime de permanência*

Manuel Tiago Neto Pestana Prestes, *Vereador sem regime de permanência*

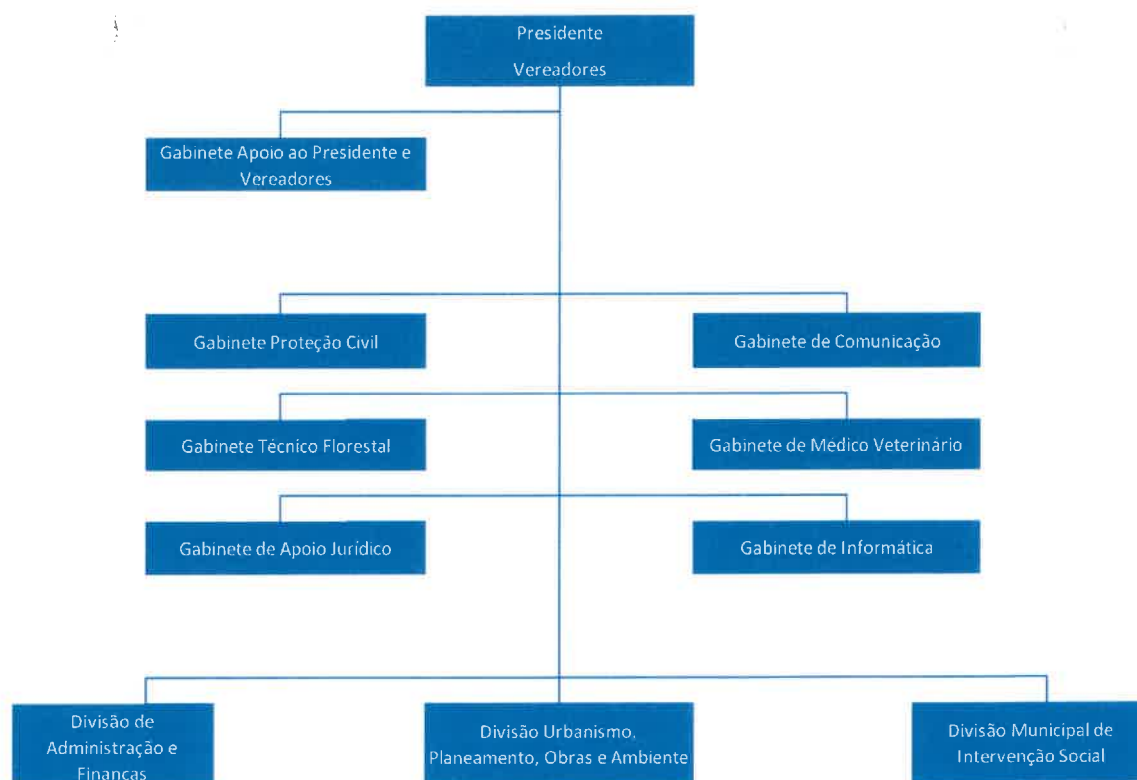
2.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

Para o exercício das suas atribuições e competências, o Município dispõe das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Gabinete de Apoio Jurídico;
- Gabinete de Comunicação;
- Gabinete Proteção Civil;
- Gabinete Técnico Florestal;
- Gabinete de Médico Veterinário;
- Gabinete de Informática;
- Divisão de Administração e Finanças;

- Divisão Urbanismo, Planeamento, Obras e Ambiente;
- Divisão de Intervenção Social.

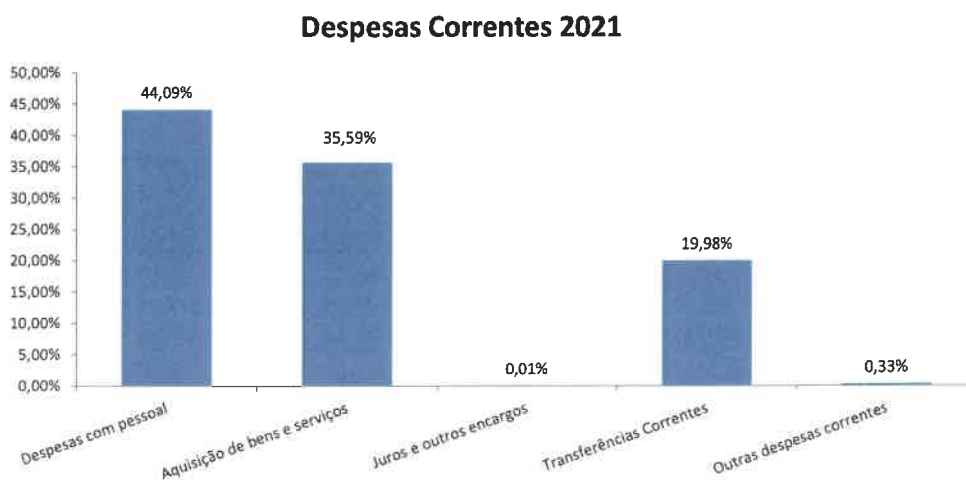
A representação gráfica da estrutura pode ver-se no organograma seguinte:



3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.1. Orçamento da despesa

Despesas Correntes 2021				
Composição	Dotações corrigidas	Despesa paga	Grau de execução	% Total
01 Despesas com pessoal	4 755 266,17	4 220 385,00	88,75%	44,09%
02 Aquisição de bens e serviços	4 966 272,56	3 407 023,27	68,60%	35,59%
03 Juros e outros encargos	11 470,00	1 111,77	9,69%	0,01%
04 Transferências Correntes	2 727 417,90	1 912 818,55	70,13%	19,98%
06 Outras despesas correntes	41 781,00	31 228,29	74,74%	0,33%
Total das despesas correntes	12 502 207,63	9 572 566,88	76,57%	100,00%



A execução das despesas correntes apresentou uma execução de 9.572.566,88 € tendo aumentado relativamente ao período homologado que foi de 7.799.249,03 €.

As despesas com pessoal apresentam uma fatia significativa das despesas correntes no ano de 2021, representando 44,09% das mesmas, logo seguidas da aquisição de bens e serviços com que representam 35,59% das despesas correntes pagas.

Despesas de capital

Despesas de Capital 2021				
Composição	Dotações corrigidas	Despesa paga	Grau de execução	% Total
07 Aquisição de bens de capital	6 266 855,15	1 720 614,38	27,46%	90,33%
08 Transferências de capital	595 731,76	184 197,33	30,92%	9,67%
09 Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10 Passivos financeiros	5,00	0,00	0,00%	0,00%
11 Outras despesas de Capital	8 152,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das despesas correntes	6 870 743,91	1 904 811,71	27,72%	100,00%

As despesas de capital apresentam uma taxa de execução de 27,72%, que é inferior à apresentada no ano de 2020 que foi de 53,04%.

A aquisição de bens de capital apresentou uma taxa de execução de 27,46%, sendo que esta rubrica da despesa de capital era a que tinha a dotação mais elevada, condicionando assim a taxa de execução global.

Evolução das despesas

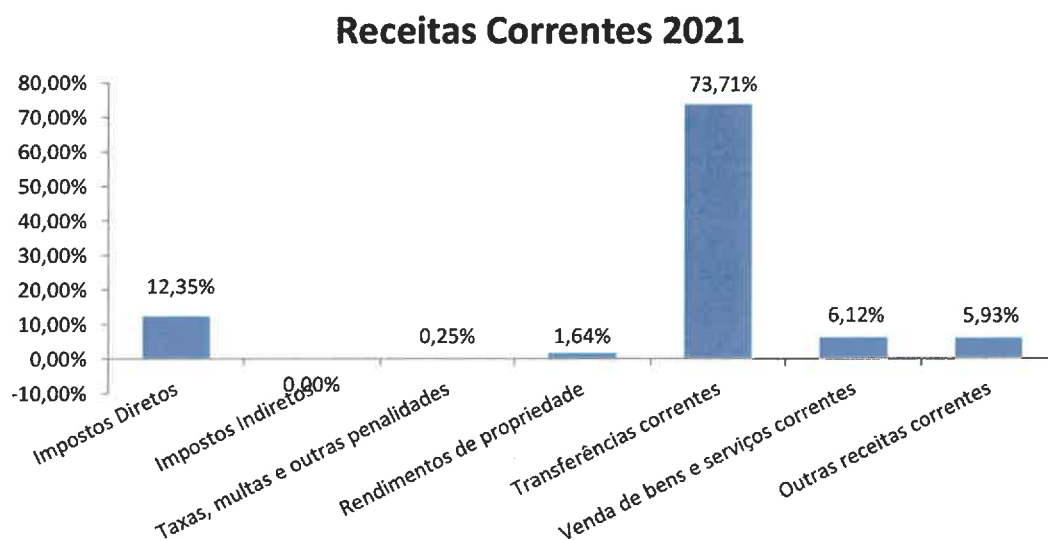
Execução orçamental da despesa			
Ano	2020	2021	Var % (2020-2021)
Despesas com pessoal	3 670 670,08	4 220 385,00	14,98%
Aquisição de bens e serviços	2 178 397,09	3 407 023,27	56,40%
Juros e outros encargos	9 394,24	1 111,77	-88,17%
Transferências Correntes	1 890 464,33	1 912 818,55	1,18%
Outras despesas correntes	50 323,29	31 228,29	-37,94%
Total das Despesas Correntes	7 799 249,03	9 572 566,88	22,74%
Aquisição de bens de capital	1 690 056,92	1 720 614,38	1,81%
Transferências de capital	236 176,50	184 197,33	-22,01%
Ativos financeiros	20 579,75	0,00	-100,00%
Passivos financeiros	551 288,28	0,00	-100,00%
Outras despesas de capital	42 830,00	0,00	-100,00%
Total das despesas de capital	2 540 931,45	1 904 811,71	-25,03%
Despesa total	10 340 180,48	11 477 378,59	11,00%

Conforme se pode verificar no quadro acima as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços foram as que mais aumentaram em 2021 comparativamente ao pago no exercício de 2020.

3.2. Orçamento da receita

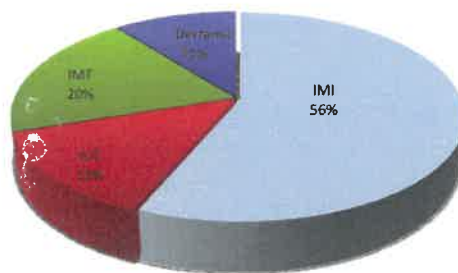
Receitas Correntes 2021				
Composição	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	% Execução	Grau de execução
01 Impostos Diretos	1 460 139,00	1 414 101,52	12,35%	96,85%
02 Impostos Indiretos	4 060,00	-93,45	0,00%	-2,30%
04 Taxas, multas e outras penalidades	47 111,00	28 165,10	0,25%	59,78%
05 Rendimentos de propriedade	115 158,00	188 268,21	1,64%	163,49%
06 Transferências correntes	8 726 300,36	8 438 938,41	73,71%	96,71%
07 Venda de bens e serviços correntes	738 128,00	700 683,43	6,12%	94,93%
08 Outras receitas correntes	648 006,00	679 292,13	5,93%	104,83%
Total das Receitas Correntes	11 738 902,36	11 449 355,35	100,00%	97,53%

Receitas correntes

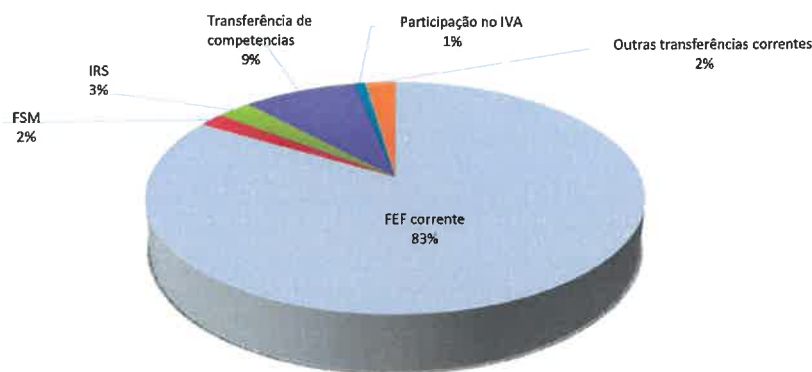


No ano de 2021 o total das receitas correntes teve uma taxa de execução de 97,53%, como podemos constatar as receitas correntes são provenientes em grande parte da classificação 06 (transferências correntes) representando 73,71% do valor da receita corrente cobrada líquida. Além das transferências correntes os impostos diretos também representam um valor significativo da receita, de 12,35%.

No ano de 2021 os rendimentos de propriedade, e outras receitas correntes superaram as previsões corrigidas.

Estrutura dos impostos diretos ano 2021

O imposto municipal sobre imóveis (IMI) tem o maior peso no apuramento dos impostos diretos, este representa cerca de 56% do total apurado.

Estrutura das transferências correntes 2021

Fazendo uma análise ao ano de 2021, podemos concluir que o Município é bastante dependente das receitas provenientes do Orçamento do Estado.

Receitas de capital

No que respeita às receitas de capital do Município, estas são constituídas pelas receitas do Orçamento do Estado, na componente de capital, e pela comparticipação de projetos cofinanciados.

Receitas Capital				
Composição	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução	% Execução
09 Venda de bens de investimento,	1 972,00	3 104,75	0,16%	157,44%
10 Transferências de capital	3 184 516,00	1 896 230,87	99,78%	59,55%
11 Ativos financeiros	15,00	0,00	0,00%	0,00%
12 Passivos financeiros	5,00	1 000,00	0,05%	0,00%
13 Rendimentos de propriedade	100,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das Receitas Capital	3 186 608,00	1 900 335,62	100,00%	59,64%

Evolução das receitas

Execução orçamental das receitas cobradas líquidas			
Ano	2020 (€)	2021 (€)	Var % (2020-2021)
Impostos Diretos	1 419 641,05	1 414 101,52	-0,39%
Imposto municipal sobre imóveis (IMI)	753 965,85	797 198,52	5,73%
Imposto único de circulação (IUC)	177 313,07	191 163,19	7,81%
Imposto municipal sobre transmissões (IMT)	340 060,56	276 149,71	-18,79%
Derrama	148 301,57	149 590,10	0,87%
Impostos abolidos	0,00	0,00	
Impostos diretos diversos	0,00	0,00	
Impostos indiretos	779,71	-93,45	-111,99%
Taxas, multas e outras penalidades	42 468,49	28 165,10	-33,68%
Rendimentos de propriedade	126 066,65	188 268,21	49,34%
Venda de bens e prestação de serviços correntes	667 692,77	700 683,43	4,94%
Transferências correntes	7 594 883,37	8 438 938,41	11,11%
Fundo equilíbrio financeiro	6 540 013,00	7 051 543,00	7,82%
Fundo social municipal	164 946,00	164 946,00	0,00%
Participação fixa IRS	204 173,00	223 796,00	9,61%
Transferência de competências	253 348,48	737 266,49	191,01%
Participação no IVA	82 079,05	71 308,36	-13,12%
Outras transferências correntes	350 323,84	190 078,56	-45,74%
Outras receitas correntes	621 049,89	679 292,13	9,38%
Total da receita corrente	10 472 581,93	11 449 355,35	9,33%
Venda de bens de investimento	6 805,21	3 104,75	-54,38%
Transferências de capital	2 585 103,72	1 896 230,87	-26,65%
Fundo equilíbrio financeiro	726 668,00	783 505,00	7,82%
Outras transf. Ad.central (art.º 35 L73/13)	692 089,00	793 541,00	14,66%
Fundos comunitários	1 166 346,72	319 184,87	-72,63%
Outras transferências de capital	0,00	0,00	
Ativos financeiros	0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	1 000,00	
Outras receitas de capital	200,00	0,00	-100,00%
Total da receita de capital	2 592 108,93	1 900 335,62	-26,69%
Reposições não abatidas nos pagamentos	7 845,78	90 249,94	1050,30%
Saldo da gerência anterior	1 739 740,02	4 472 096,18	157,06%
Receita total	14 812 276,66	17 912 037,09	20,93%

Comparando a execução orçamental das receitas nos exercícios de 2020 e 2021 verifica-se que a receita cobrada líquida aumentou. Para este aumento contribuíram o saldo da gerência anterior, rendimentos de propriedade, transferências correntes.

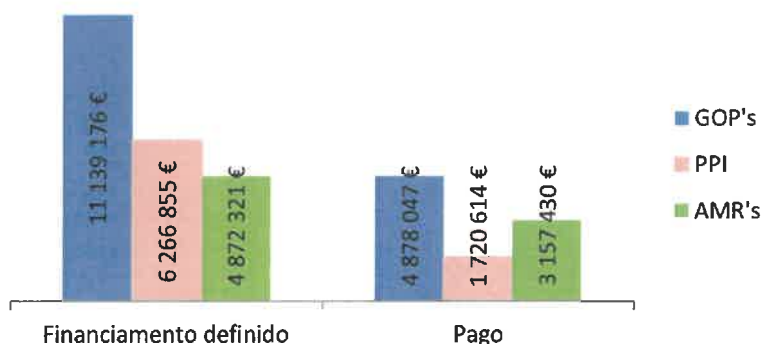
3.3. Grandes opções do plano

As Grandes Opções do Plano (GOP's) constituem um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, fundamentam a orientação estratégica da política desenvolvida enquanto parte integrante deste documento. As GOP's apresentam as linhas estratégicas do desenvolvimento da autarquia, onde se incluem o plano plurianual de investimento (PPI) e as atividades mais relevantes (AMR's).

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia local que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos. As AMR's são encaradas como um documento auxiliar à gestão autárquica, e são de certa forma enquadradas à semelhança do PPI, onde a autarquia inscreve as ações ou projetos que se relevem de interesse e possam ser destacados, apesar de implicarem despesas diferentes das de investimento.

Atividade desenvolvida 2021-Grandes Opções do Plano	Financiamento definido	Pago
GOP's	11 139 176	4 878 047
PPI	6 266 855	1 720 614
AMR's	4 872 321	3 157 430

Síntese da atividade desenvolvida 2021



Na ótica da despesa das GOP's pode-se constatar que foram pagos 4.878.047,44 € o que corresponde a 43,79% do montante definido para financiamento.

Análise das GOP's					
Código	Classificação Funcional	Financiamento definido	Pago	Grau execução anual	% Total
1	Funções Gerais	1 183 023,82	776 148,41	65,61%	15,91%
001	Administração Geral	767 280,54	494 361,34	64,43%	10,13%
002	Modernização administrativa	210 015,78	92 801,72	44,19%	1,90%
003	Proteção Civil	205 727,50	188 985,35	91,86%	3,87%
2	Educação e qualificação do potencial humano	2 342 064,92	764 393,53	32,64%	15,67%
001	Infraestruturas escolares	1 183 710,85	41 718,31	3,52%	0,86%
002	Educação	1 158 354,07	722 675,22	62,39%	14,81%
3	Coesão social, económica e territorial	1 874 167,99	973 010,68	51,92%	19,95%
001	Saúde	57 452,64	41 672,74	72,53%	0,85%
002	Promoção da inclusão e desenvolvimento social	95 486,00	196,63	0,21%	0,00%
003	Parque habitacional municipal	89 122,86	24 762,29	27,78%	0,51%
004	Promoção de modos de vida saudável, prática desportiva	995 882,23	497 452,98	49,95%	10,20%
005	Apoio às associações	85 119,00	72 600,00	85,29%	1,49%
006	Ocupação sénior	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%
007	Acessibilidades	551 105,26	336 326,04	61,03%	6,89%
4	Empreendedorismo e apoio à criação/fixação de emprego	110 557,60	45 651,97	41,29%	0,94%
001	Zonas industriais e zonas de atividade económicas	5,00	0,00	0,00%	0,00%
002	Comércio local	110 552,60	45 651,97	41,29%	0,94%
5	Cultura e valorização do património	389 204,00	7 300,13	1,88%	0,15%
001	Cultura	389 189,00	7 300,13	1,88%	0,15%
002	Valorização do património	15,00	0,00	0,00%	0,00%
6	Turismo e promoção local	1 117 461,12	630 817,04	56,45%	12,93%
001	Feiras e certames	586 594,70	320 000,40	54,55%	6,56%
002	Qualificação dos recursos de potencial turístico	530 866,42	310 816,64	58,55%	6,37%
7	Ordenamento do território e regeneração urbana	1 721 827,00	128 726,22	7,48%	2,64%
001	Projetos urbanos estruturantes	1 721 827,00	128 726,22	7,48%	2,64%
8	Consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos	1 121 978,55	468 395,73	41,75%	9,60%
001	Saneamento	53 223,60	38 520,40	72,37%	0,79%
002	Resíduos sólidos	230 581,00	4 752,72	2,06%	0,10%
003	Proteção do ambiente e conservação da natureza	60 872,96	29 974,56	49,24%	0,61%
004	Energia	777 300,99	395 148,05	50,84%	8,10%
9	Operações da dívida pública	5,00	0,00	0,00%	0,00%
001	Passivos financeiros	5,00	0,00	0,00%	0,00%
10	Transferência entre administrações	1 278 886,44	1 083 603,73	84,73%	22,21%
001	Transferências para juntas de (união de) freguesias	1 229 158,24	1 044 785,42	85,00%	21,42%
002	Contratos interadministrativos	49 728,20	38 818,31	78,06%	0,80%
11	Diversas não especificadas	0,00	0,00		0,00%
001	Ativos financeiros	0,00	0,00		0,00%
Total		11 139 176,44	4 878 047,44	43,79%	100,00%

As Grandes Opções do Plano (GOP's) incluem a composição do planeamento económico e social do Município, baseiam-se na orientação da estratégia da política desenvolvida pelas atividades que o Município considera mais importantes, nomeadamente as intenções de investimento.

Este apresenta as diretrizes de desenvolvimento estratégico da autarquia local, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR) da Autarquia.

O Município da Chamusca executou 43,79% da dotação prevista, nas suas Grandes Opções do Plano. As funções que evidenciam maiores valores são a "Transferência entre administrações", e a "coesão social, económica e territorial" com 1.083.603,73 € e 973.010,68 €, respetivamente.

Plano plurianual de investimento

Análise do PPI					
Código	Classificação Funcional	Financiamento definido	Pago	Grau execução anual	% Total
1	Funções Gerais	534 029,66	298 619,00	55,92%	17,36%
001	Administração Geral	363 977,94	240 252,68	66,01%	13,96%
002	Modernização administrativa	170 049,72	58 366,32	34,32%	3,39%
003	Proteção Civil	2,00	0,00	0,00%	0,00%
2	Educação e qualificação do potencial humano	1 213 488,71	59 577,99	4,91%	3,46%
001	Infraestruturas escolares	1 183 710,85	41 718,31	3,52%	2,42%
002	Educação	29 777,86	17 859,68	59,98%	1,04%
3	Coesão social, económica e territorial	1 638 594,35	845 714,14	51,61%	49,15%
001	Saúde	10 020,00	0,00	0,00%	0,00%
002	Promoção da inclusão e desenvolvimento social	7 564,00	0,00	0,00%	0,00%
003	Parque habitacional municipal	89 122,86	24 762,29	27,78%	1,44%
004	Promoção de modos de vida saudável, prática desportiva	980 782,23	484 625,81	49,41%	28,17%
007	Acessibilidades	551 105,26	336 326,04	61,03%	19,55%
4	Empreendedorismo e apoio à criação/fixação de emprego	110 557,60	45 651,97	41,29%	2,65%
001	Zonas Industriais e zonas de atividades económicas	5,00	0,00	0,00%	0,00%
002	Comércio local	110 552,60	45 651,97	41,29%	2,65%
5	Cultura e valorização do património	372 149,00	0,00	0,00%	0,00%
001	Cultura	372 134,00	0,00	0,00%	0,00%
002	Valorização do património	15,00	0,00	0,00%	0,00%
6	Turismo e promoção local	512 471,77	297 940,02	58,14%	17,32%
002	Qualificação dos recursos de potencial	512 471,77	297 940,02	58,14%	17,32%
7	Ordenamento do território e regeneração urbana	1 721 827,00	128 726,22	7,48%	7,48%
001	Projetos urbanos estruturantes	1 721 827,00	128 726,22	7,48%	7,48%
8	Consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos	163 737,06	44 385,04	27,11%	2,58%
001	Saneamento	53 223,60	38 520,40	72,37%	2,24%
002	Resíduos sólidos	24 605,00	4 752,72	19,32%	0,28%
003	Proteção do ambiente e conservação da natureza	5,00	0,00	0,00%	0,00%
004	Energia	85 903,46	1 111,92	1,29%	0,06%
11	Diversas não especificadas	0,00	0,00		0,00%
001	Ativos financeiros	0,00	0,00		0,00%
Total		6 266 855,15	1 720 614,38	27,46%	100,00%

No plano plurianual de investimentos estão definidas as grandes linhas de intervenção, e tem por norma um horizonte temporal de quatro anos, compreendendo todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos definidos pela autarquia que impliquem aquisições de bens de capital.

No ano de 2021 o PPI apresentou uma dotação de 6,3 milhões de euros, tendo sido pagas despesas de 1,7 milhões de euros, apresentando assim uma taxa de execução de 27,46%.

Evolução do PPI		
Ano	2020	2021
Financiamento definido final	3 635 801,98	6 266 855,15
Pago	1 710 636,67	1 720 614,38
Taxa de realização do PPI	47,05%	27,46%

Atividades mais relevantes

Análise das AMR's					
Código	Classificação Funcional	Financiamento definido	Pago	Grau de execução anual	% de realização
1	Funções Gerais	648 994,16	477 529,41	73,58%	15,12%
001	Administração Geral	403 302,60	254 108,66	63,01%	8,05%
002	Modernização administrativa	39 966,06	34 435,40	86,16%	1,09%
003	Proteção Civil	205 725,50	188 985,35	91,86%	5,99%
2	Educação e qualificação do potencial humano	1 128 576,21	704 815,54	62,45%	22,32%
002	Educação	1 128 576,21	704 815,54	62,45%	22,32%
3	Coesão social, económica e territorial	235 573,64	127 293,54	54,04%	4,03%
001	Saúde	47 432,64	41 672,74	87,86%	1,32%
002	Promoção da inclusão e desenvolvimento social	87 922,00	193,63	0,22%	0,01%
004	Promoção de modos de vida saudável, prática desportiva	15 100,00	12 827,17	84,95%	0,41%
005	Apoio às associações	85 119,00	72 600,00	85,29%	2,30%
006	Ocupação sénior	0,00	0,00		0,00%
5	Cultura e valorização do património	17 055,00	7 300,13	42,80%	0,23%
001	Cultura	17 055,00	7 300,13	42,80%	0,23%
6	Turismo e promoção local	604 989,35	332 877,02	55,02%	10,54%
001	Feiras e certames	586 594,70	320 000,40	54,55%	10,13%
002	Qualificação dos recursos de potencial turístico	18 394,65	12 876,62	70,00%	0,41%
8	Consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos	958 241,49	424 010,69	44,25%	13,43%
001	Saneamento	0,00	0,00		0,00%
002	Resíduos sólidos	205 976,00	0,00	0,00%	0,00%
003	Proteção do ambiente e conservação da natureza	60 867,96	29 974,56	49,25%	0,95%
004	Energia	691 397,53	394 036,13	56,99%	12,48%
9	Operações da dívida pública	5,00	0,00	0,00%	0,00%
001	Passivos financeiros	5,00	0,00	0,00%	0,00%
10	Transferência entre administrações	1 278 886,44	1 083 603,73	84,73%	34,32%
001	Transferências para juntas de (união de) freguesias	1 229 158,24	1 044 785,42	85,00%	33,09%
002	Contratos interadministrativos	49 728,20	38 818,31	78,06%	1,23%
Total		4 872 321,29	3 157 430,06	64,80%	100,00%

O plano das Atividades Mais Relevantes é visto como um documento auxiliar à gestão, com uma estrutura equivalente à do Plano Plurianual de Investimentos, contempla também projetos ou ações importantes para a autarquia e, apesar das condicionantes, estas despesas podem ser de capital ou correntes.

Na análise ao ano de 2021, constatamos que 73,58% da realização corresponde ao projeto "Funções gerais".

Evolução das AMR's		
Ano	2020	2021
Financiamento definido final	4 738 902,38	4 872 321,29
Pago	3 472 185,31	3 157 430,06
Taxa de realização das AMR's	73,27%	64,80%

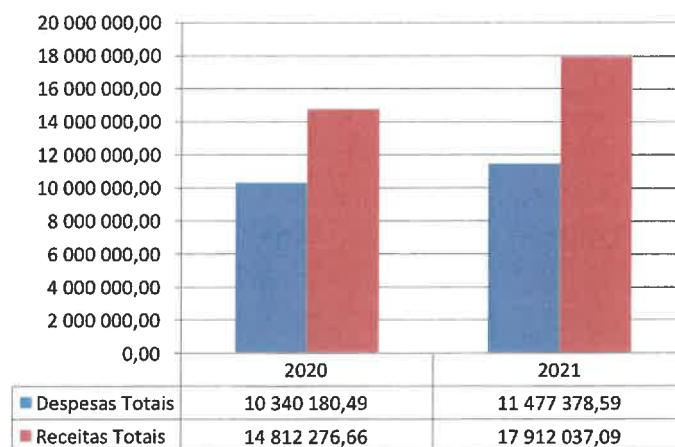
A taxa de realização das AMR's diminuiu em 2021, conforme verificado no quadro acima.

3.4. Análise Global – Estrutura orçamental

Evolução das receitas cob. Liq e das despesas pagas		
	2020	2021
Despesas Totais	10 340 180,49	11 477 378,59
Despesas Correntes	7 799 249,03	9 572 566,88
Despesas de Capital	2 540 931,46	1 904 811,71
Receitas Totais	14 812 276,66	17 912 037,09
Receitas Correntes	10 472 581,93	11 449 355,35
Receitas de Capital	2 592 108,93	1 900 335,62
Reposições não abatidas	7 845,78	90 249,94
Saldo da gerência anterior	1 739 740,02	4 472 096,18

No ano de 2021 a receita cobrada bruta líquida (17.912.037,09 €) foi superior à despesa paga líquida de reposições (11.477.378,59 €).

Evolução das receitas e das despesas



3.5. Indicadores e rácios orçamentais

DESPESA COM O PESSOAL

Despesa com pessoal	2020		2021	
<u>Pessoal</u>	<u>3 670 670,08</u>		<u>4 220 385,00</u>	
Despesa total	10 340 180,48	35,50%	11 477 378,59	36,77%

Através deste indicador, concluímos que no ano de 2021 a despesa com pessoal representa 36,77% da despesa total.

DESPESA COM OS CUSTOS FINANCEIROS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS

Peso serviço da dívida	2020		2021	
<u>Serviço da Dívida</u>	<u>559 156,04</u>		<u>0</u>	
Despesa total	10 340 180,48	5,41%	11 477 378,59	0,00%

O serviço da dívida é composto pelos pagamentos da amortização e dos juros e outros encargos.

O Município terminou de pagar em 2020 o empréstimo do PAEL. Em 2021 contratualizou um novo empréstimo, mas a 31-12-2021 só tinha utilizado 1.000 € desse empréstimo e ainda não tinham sido pagos juros e capital.

AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO

Peso da Aq. Bens Investimento	2020		2021	
<u>Aquisição de bens de investimento</u>	<u>1 690 056,92</u>		<u>1 720 614,38</u>	
Despesa total	10 340 180,48	16,34%	11 477 378,59	14,99%

O peso da aquisição de bens de investimento sobre a despesa total sofreu um decréscimo em 2021.

DESPESA DE CAPITAL

Peso da despesa de capital	2020		2021	
<u>Despesa de capital</u>	<u>2 540 931,45</u>		<u>1 904 811,71</u>	
Despesa total	10 340 180,48	24,57%	11 477 378,59	16,60%

O peso e os valores da despesa de capital do ano de 2021 diminuíram relativamente ao ano de 2020.

RECEITA TOTAL

Peso da receita total	2020		2021	
<u>Receita total cob. Liq.</u>	<u>14 812 276,66</u>		<u>17 912 037,09</u>	
Despesa total	10 340 180,48	143,25%	11 477 378,59	156,06%

Tal como no ano anterior a receita total cobre as despesas totais.

IMPOSTOS DIRETOS COBRADOS PELO MUNICÍPIO NA RECEITA TOTAL OBTIDA

Peso imposto diretos	2020		2021	
Impostos diretos	<u>1 419 641,05</u>		<u>1 414 101,52</u>	
Receita cob. Liq. total	14 812 276,66	9,58%	17 912 037,09	7,89%

Em 2021, verificou-se uma diminuição na receita de impostos diretos no valor de 5.539,53 €.

4. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

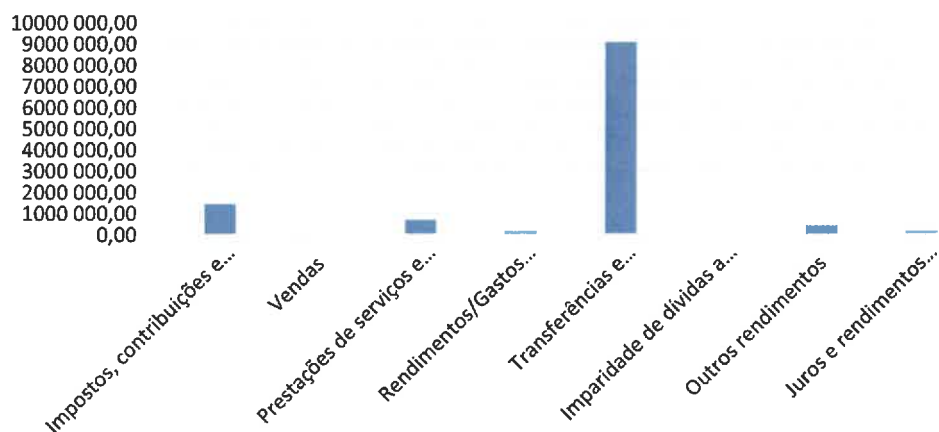
4.1. Demonstração de Resultados

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(em €)

RENDIMENTOS E GASTOS	Períodos	
	31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	1 451 656,68	1 479 783,63
Vendas	625,58	4 422,93
Prestações de serviços e concessões	703 285,19	679 195,59
Rendimentos/Gastos imp. Ent. controladas, associadas e emp.	172 776,25	220 337,36
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 071 651,55	8 607 524,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-185 352,64	-98 570,11
Fornecimentos e serviços externos	-3 504 821,65	-3 334 855,78
Gastos com pessoal	-4 106 025,52	-3 614 541,44
Transferências e subsídios concedidos	-2 010 640,12	-1 652 789,22
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6 783,40	-8 023,07
Outros rendimentos	406 916,57	620 104,40
Outros gastos	-110 674,74	-159 762,51
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 433 264,96	-2 591 713,28
Imparidade (perdas/reversões)	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	164 027,04	87 681,08
Juros e gastos similares suportados	-1 104,82	-8 053,54
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-374 162,19	230 740,35

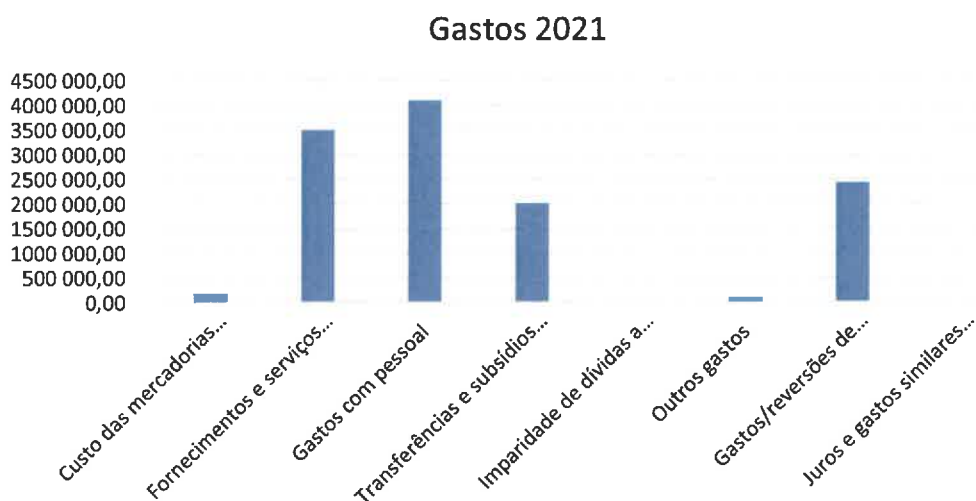
RENDIMENTOS 2021



A estrutura de rendimentos do Município é, à semelhança dos anos transatos, muito dependente das transferências do Orçamento do Estado.

Os gastos do Município no ano de 2021 estão repartidos em 4 grandes grupos:

- Os gastos com pessoal (incluindo encargos);
- Os fornecimentos e serviços externos;
- Os gastos com depreciações;
- As transferências e subsídios concedidos.



Comparando o ano de 2020 com o de 2021 verificou-se neste último um aumento dos rendimentos de 278.672,96 e nos gastos de 883.575,50 €.

Este aumento nos gastos é parcialmente explicado pela transferência de competências na área da educação, que incluiu a transferência para o Município de 36 trabalhadores.

O Resultado líquido do exercício de 2021 é de -374.162,19 €, e no ano transato que foi de 230.740,35 €.

4.2. Balanço

Relativamente à componente financeira, apresenta-se na tabela seguinte um resumo do balanço de 2020 e 2021.

SINTESE DO BALANÇO

	31/12/2021	%	31/12/2020	%	Δ %
ACTIVO					
Ativo não corrente	35 358 682,51	83,03%	36 003 271,68	87,26%	-1,79%
Ativo corrente	7 227 792,25	16,97%	5 257 420,64	12,74%	37,48%
TOTAL DO ACTIVO	42 586 474,76	100,00%	41 260 692,32	100,00%	3,21%
PATRIMONIO LÍQUIDO					
Património líquido	39 947 154,91	93,80%	38 981 277,34	94,48%	2,48%
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	39 947 154,91	93,80%	38 981 277,34	94,48%	2,48%
PASSIVO					
Passivo não corrente	1 632 560,47	3,83%	1 341 811,39	3,25%	21,67%
Passivo corrente	1 006 759,38	2,36%	937 603,59	2,27%	7,38%
TOTAL DO PASSIVO	2 639 319,85	6,20%	2 279 414,98	5,52%	15,79%
TOTAL PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO	42 586 474,76	100,00%	41 260 692,32	100,00%	3,21%

Evolução da dívida de terceiros

Dívidas de terceiros		
Descrição	2021	2020
Empréstimos concedidos	2 000,00	2 000,00
Clientes, contribuintes e utentes	163 255,18	151 630,72
Estado e outros entes públicos	71 116,80	73 304,81
Outros devedores	25 767,42	21 600,00
Total	262 139,40	248 535,53

Evolução da dívida a terceiros

(em €)

Dívida a terceiros		
Descrição	2021	2020
Dívidas a instituições de crédito	1 000,00	
Fornecedores c/c e rec. e conf.	20 843,26	15 009,75
Fornecedores de imobilizado C/C	21 096,91	7 193,29
Estado e outros entes públicos	99 143,34	67 797,88
Outros credores	161 696,29	158 305,05
Fornecedores de Imobilizado-Leasing	239 777,80	220 934,09
Total	543 557,60	469 240,06

As dívidas a terceiros sofreram um aumento de 74.317,54 € no ano de 2021.

Empréstimos

Nos últimos anos o Município não recorreu a contratualização de empréstimos de curto prazo.

O Município da Chamusca contratualizou em 2012 com o Estado Português um empréstimo no âmbito do PAEL que terminou de amortizar em 2020.

A 31-12-2021 o Município da Chamusca tinha um novo empréstimo contratualizado, mas só tinha de capital utilizado 1.000 €.

Equilíbrio orçamental

O artigo 40.º do RFALEI estabelece que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de medio e longo prazo.

	(em €)	
	2020	2021
Receitas Correntes Cob. Líquida	10 472 581,93	11 449 355,35
Despesas Correntes pagas	7 799 249,03	9 572 566,88
Poupança Corrente	2 673 332,90	1 876 788,47
Receitas de Capital Cob. Líquida	2 592 108,93	1 900 335,62
Despesas de Capital Pagas	2 540 931,45	1 904 811,71
Saldo de Capital	51 177,48	-4 476,09
Saldo da Gerência Anterior	1 739 740,02	4 472 096,18
Receitas Totais	13 072 536,64	13 439 940,91
Despesas Totais	10 340 180,48	11 477 378,59
Saldo para a Gerência Seguinte	4 472 096,18	6 434 658,50

O artigo 83.º do RFALEI estabelece que no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da Lei (1 de janeiro de 2014) considera-se como definição de amortizações médias de empréstimos, o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor do RFALEI pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

A 31-12-2021 o Município da Chamusca tinha um novo empréstimo contratualizado por um prazo de 5 anos, mas só tinha de capital utilizado 1.000 €.

Assim, o equilíbrio orçamental estava assegurado no final de 2021, pois a receita corrente é superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias.

Limites da dívida

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) o limite da dívida total é apurado do seguinte modo:

"A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores."

O limite da dívida total do Município (em EUR) para 2021 é de 14.639.590 € e resulta do seguinte cálculo:

Receita corrente líquida (EUR)				(em €)
2018	2019	2020	Média	2021
9 176 070	9 630 527	10 472 582	9 759 726	14 639 590

O n.º 2 do artigo 52.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) define que a dívida total de operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, bem como, todos os restantes valores decorrentes de operações orçamentais.

A tabela seguinte resume o apuramento da dívida do Município da Chamusca:

Dívida do Município	(em €)	
	31/12/2020	31/12/2021
Total exigível curto, médio e longo prazo	469 240,06	543 557,60
Dívida de operações de tesouraria	162 330,03	162 329,16
Dívida de operações orçamentais (3=1-2)	306 910,03	381 228,44
Dívida ao FAM	0,00	0,00
Total da Dívida (5=3-4)	306 910,03	381 228,44

5. FUNDOS DISPONÍVEIS

O n.º 5 do artigo 82.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, (OE/2018) prevê a exclusão da aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, aos municípios que cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento.

O Município da Chamusca comunicou à DGAL que pretendia ser excluído da aplicação da LCPA por cumprir com os limites de endividamento e com as suas obrigações de reporte, tendo recebido um ofício da DGAL a referir que a exclusão se aplica a partir de 29 de novembro de 2018.

Salienta-se que ao longo do ano de 2021, o Município da Chamusca respeitou a Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA), não tendo comprometido qualquer valor com fundos disponíveis negativos.

6. PAGAMENTOS EM ATRASO

O Município não tem pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2021.

7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Processos judiciais

Estão em curso os processos judiciais a seguir indicados, mas à data não é expectável que originem encargos para o Município da Chamusca.

TAF – BELRA:

- **Processo n.º 395/19.2BELRA:** Nuno Miguel Barroso, Lda; pedido de anulação da deliberação da CMC que determinou a demolição dos fornos de carvão. Aguarda-se decisão;
- **Processo 779/18.8BELRS:** Biocarbo – Comercio de Derivados de Madeira, Lda; Impugnação da deliberação da CMC de 03.04.2018 de resolver contratos de cedência para instalação de fornos de carvão e revogar as deliberações anteriores.

A CMC deliberou revogar a deliberação de 03.04.2018 e submeter nova deliberação a audiência prévia, que foi comunicado ao processo. O processo foi extinto. No entanto, a Biocarbo depois de receber a nova deliberação, solicitou a reabertura do processo, para impugnar a nova deliberação de 16.10.2018. Foi apresentada contestação em 28.05.2019. Aguarda-se decisão.

- **Processo n.º 733/19.8BELRS** – TAF de Leiria; ação interposta contra o Município da Chamusca e contra o Grupo Motard da Carregueira; ação de responsabilidade civil por danos decorrentes de um acidente numa prova de BTT com organização conjunta dos Réus. Foi apresentada contestação. Aguarda marcação da data de julgamento.
- **Processo n.º 488/21.6BELRA** – TAF de Leiria; ação interposta pelo Centro de Apoio Social da Carregueira contra o Município da Chamusca peticionando a entrega da quantia de € 859.456,97 relativa à construção do lar de idosos da Carregueira; Em 09.09.2021 foi apresentada contestação pelo Município impugnando a tese da Centro de Apoio Social da Carregueira e a peticionar àquela, em reconvenção, a quantia de € 714.996,47, por conta dos pagamentos feitos a mais relativamente à candidatura em face dos contratos-programa assinados pelas partes. Foi apresentada réplica pelo CAS da Carregueira.

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL:

- **Processo n.º 1319/13.6 BELRA-B** – Execução de sentença / Processo 40 horas: STAL. Foi deduzida oposição ao processo executivo. A 31 de dezembro o processo aguardava decisão. Entretanto, em 2019 a CMC foi notificada da decisão do TAF de Leiria que indeferiu o processo executivo. Foi apresentado recurso dessa sentença pelo STAL e encontra-se a decorrer o prazo de contra-alegações. Foram apresentadas contra-alegações em 15.05.2019. Encontra-se no Tribunal Central Administrativo. A aguardar decisão

TRIBUNAL JUDICIAL DO ENTRONCAMENTO:

- **Processo n.º 223/21.9T8ENT** – Interposta ação de execução da sentença proferida no processo n.º 4174/18.6T8ENT. Foram realizadas pesquisas pelo agente de execução para identificação de bens penhoráveis. Encontra-se em negociações para obtenção de acordo de pagamento.
- **Processo n.º 82/20.9GAGLG** – Processo crime em que é arguido Bruno Silva por dano no centro *cycling*; Município da Chamusca é ofendido, tendo apresentado pedido de indemnização cível de € 102,95 correspondente aos danos sofridos. Julgamento marcado.

8. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No âmbito do encerramento das contas do exercício de 2021 foi apurado o resultado líquido do exercício, no valor de -374.162,19 €. Propõe-se a aplicação do mesmo nos seguintes termos:

- Que o Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de -374.162,19 €, seja transferido para a conta de Resultados Transitados;

9. CONCLUSÃO

O ano de 2021 apresentou vários desafios ao Município da Chamusca, sendo de destacar a continuação da pandemia de COVID-19 e a assunção das competências na área da educação.

O SNC-AP, implementado em 2020, veio trazer uma nova visão de prestação de contas, que integra, para além do cumprimento legal. Também a harmonização, credibilidade, transparência e comparabilidade das contas públicas.

Este normativo contabilístico é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, financeira e de gestão.

- A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental.
- A contabilidade financeira permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.
- A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

O SNC-AP vem permitir o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação.

No ano de 2021 o Município esforçou-se por um rigor financeiro e orçamental nas suas contas, aumentando a confiança dos seus fornecedores e colaboradores.

O resultado líquido do exercício de 2021 foi de -374.162,19 €, tendo-se assistido a um aumento dos rendimentos e gastos, que são explicados, em parte, pela transferência de competências na área da educação.

A receita cobrada líquida (17.912.037,09 €) face ao total das previsões corrigidas da receita (19.402.951,54 €) representam uma execução de 92,3%.

No final de 2021, o total de despesa paga ascendeu a 11.477.376,59 €, representando 59,25% do total orçamentado (19.372.951,54 €).

O total dos compromissos assumidos e não pagos, em 2021, alcançou os 2.763.878,50 €, dos quais 140.450,64 € encontravam-se faturados e não pagos.

As dívidas a terceiros no final de 2021 totalizavam 543.557,60 €, sendo que 162.330,03 € são referentes a operações de tesouraria.

O saldo a transitar para a gerência de 2022 é de 6.596.987,66 € (6.434.658,50 € de operações orçamentais e 162.329,16 € de operações de tesouraria).

Apesar das condicionantes existentes no ano de 2021, o executivo continuou focado em diversas áreas, apostando nos serviços virados para os seus munícipes tais como:

Serviços administrativos: Simplificação de processos e requalificação dos espaços de atendimento para a comodidade e celeridade no atendimento ao munícipe;

Educação: na conservação e requalificação de infraestruturas escolares do concelho, atribuição de vales de material escolar, atribuição de bolsa escolares, entre outras;

Cultura e desporto: Apoio financeiro e logístico às associações do concelho. Programação e divulgação das artes e tradições do concelho;

Promoção de modos de vida saudável, apoio a atletas em competições nacionais e internacionais, bem como, incentivo às crianças do concelho para a prática desportiva com várias ações;

Juntas de Freguesia: Celebração de acordos de execução e contratos interadministrativos, numa perspetiva de proximidade e agilização de pequenas obras da competência do Município, assim como de ações para a promoção da cidadania, campos de férias para crianças e universidades seniores;

Na execução orçamental de 2021, foram tidas em linha de conta a gestão financeira do Município, com a prioridade do pagamento a fornecedores, cumprindo os compromissos de aquisição de bens e serviços, com o pressuposto dos projetos para anos seguintes.